

## Pressão fez “PEC do fim da Unesp” sair de pauta no CO de 22/2

*Minuta de resolução que formaliza arrocho salarial e desmonte ainda está na ordem do dia. Comunidade deve se posicionar*

A partir do relato dos representantes do “Chapão Sintunesp/Associações” no Conselho Universitário (CO), este boletim relata os principais debates e encaminhamentos da sessão de 22/2/2018. A reunião foi especialmente marcada pela discussão de um item polêmico – a minuta de resolução “Parâmetros de sustentabilidade orçamentária e financeira da Unesp” – incluído na pauta pela reitoria cinco dias antes.

Bastante tensa e com intervenções duras por parte de muitos conselheiros, a reunião concluiu com a retirada do item de pauta, o que impediu que um documento extremamente grave para os rumos da Universidade, como veremos a seguir, fosse aprovado sem NENHUMA discussão com a comunidade.

Na véspera, o reitor Sandro Roberto Valentini havia se reunido com o Fórum de Diretores, para expor-lhes as propostas. Logo de início do CO, no entanto, a intervenção da presidente do Fórum de Diretores, professora Elaine Maria Sgavioli Mascucato, da FO-Araraquara, sinalizou claramente que não havia consenso para a aprovação imediata.

Já na palavra dos conselheiros, as primeiras manifestações mostraram-se favoráveis à retirada do item 7 da pauta. No período da tarde, seguiu-se uma exposição do professor Álvaro Guedes, assessor da Pró-reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão (Propeg), que se limitou a uma breve explicação sobre os gráficos por ele selecionados e apresentados na minuta de resolução defendida pela reitoria.

### O que prevê a minuta

Numa redação confusa, a minuta “Parâmetros de sustentabilidade orça-

mentária e financeira da Unesp” diz:

- O limite de 85% de comprometimento da cota-parte do ICMS para Unesp com despesas de pessoal e reflexos, ou seja, com a massa salarial;

- Os repasses da Lei Kandir e dos programas especiais de parcelamento deixam de fazer parte do orçamento da Universidade para efeito de cálculo das despesas de pessoal e reflexos, e serão “destinados para constituir reserva financeira, até atingir o valor equivalente a, no mínimo, quatro vezes o dispêndio mensal com folhas e reflexos”.

- Destinar o crescimento nominal do ICMS (cota-parte base para a Unesp) do período de 12 meses para pagar as despesas com pessoal e reflexos, incluindo a folha de inativos, quinquênio e sexta-parte; garantir a execução das demais despesas; e recompor a reserva financeira.

- Destinar 100% dos recursos correspondentes ao crescimento real do ICMS (cota-parte base para a Unesp), com base nos últimos 12 meses, a novas contratações e à recomposição salarial, até o limite de comprometimento de 85% da cota-parte do ICMS.

Em suas simulações, a reitoria da Unesp estima que o comprometimento de 85% será alcançado em 2023 e que a reserva financeira chegará aos valores desejados em 2026.

Em outras palavras, a minuta propõe um duro golpe sobre os trabalhadores da Universidade, impondo-lhes por vários anos o arrocho salarial, a não reposição dos quadros, as mudanças de regime de trabalho, entre outras medidas que serão divulgadas (o documento tem as partes II e III, ainda desconhecidas), para manter a folha em 85% da cota-parte do ICMS repassado à Unesp.

### Debate acirrado

Quem assistiu à transmissão da reunião do CO – ao vivo, pela TV Unesp – pôde ver que as falas dos conselheiros sobre a minuta foram contundentes.

Representantes do “Chapão das Entidades” questionaram o motivo pelo qual a minuta não tinha sido colocada em debate nos demais colegiados (CEPE, CADE, Comissão de Orçamento) e com a comunidade unespiana. Eles enfatizaram que, em vez de buscar o aporte de mais recursos junto ao governo, considerando a grande expansão sofrida nos últimos anos, a reitoria opta pelo caminho “da moda”, ou seja, aprovar tetos de gastos, asfixiar a Universidade e arrochar seu material mais importante: as pessoas.

As primeiras análises mostram que a proposta da reitoria engessará a reposição inflacionária aos trabalhadores por, no mínimo, 10 anos. É importante lembrar que o reitor foi eleito para representar a Universidade junto ao governo do estado, e não o contrário.

### A comunidade deve tomar a frente do debate

Frente à rejeição geral à aprovação imediata do documento, o reitor se comprometeu com uma agenda que prevê o envio da minuta às unidades para “contribuições” e realização de uma sessão extraordinária do CO em fins de março ou início de abril.

O Sintunesp avalia como positivo esse desfecho, que só ocorreu por pressão da maioria dos conselheiros. Mas é importante destacar que a batalha está só começando, pois a intenção da reitoria é aprovar a proposta o mais rápido possível.





Considerando as sérias implicações da proposta da reitoria, é preciso que a comunidade (estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos) se envolva amplamente neste debate e no enfrentamento para impedir retrocessos na Universidade. É necessário que as diretorias de unidade locais convoquem congregações abertas, estimulando a participação de todos.

O Sintunesp orienta a realização de assembleias (precedendo as congregações, se tiverem sido convocadas), aproveitando o calendário da data-base 2018 (a primeira rodada de assembleias está prevista para o período de 1 a 15 de março) para discutir a minuta da reitoria e os encaminhamentos para construir a resistência em defesa da Unesp.

### Outros pontos

A sessão do CO em 22/2 foi quase toda tomada pela discussão sobre a minuta apresentada pela reitoria. Outros pontos cobrados pelos representantes do “Chapão das Entidades” foram:

#### - Carreira dos técnicos-administrativos:

Em sua fala, o reitor comentou sobre a pergunta feita por membros do Chapão na reunião anterior, sobre o retorno do plano de carreira dos servidores técnicos-administrativos. Ele disse que o retorno está condicionado à estabilidade financeira da Universidade e à revisão de alguns parâmetros que ele considera necessários fazer no relatório sobre o plano. Diante da resposta, representantes dos servidores expuseram o enorme descontentamento da categoria, tendo em vista que, mais uma vez, aqueles que não medem esforços pela Universidade são chamados a pagar a conta com o arrocho salarial e o enxugamento de direitos. Em vez de reconhecimento, o que temos é uma sobrecarga de trabalho cada vez maior, devido à diminuição do número de servidores por conta de aposentadorias, mortes e exonerações.

- Contratações: Na reunião anterior do CO, representantes dos servidores tinham questionado o reitor sobre a necessidade de contratações imediatas para as vagas abertas em caso de exonerações, aposentadorias ou mortes. O reitor disse que vai procurar repor esse tipo de vaga gerada a partir de 2017, ano em que assumiu a reitoria.

- Ainda sobre 13°: Representantes do “Chapão” ponderaram que, embora tenha feito gestões para viabilizar o pagamento do 13° salário a todos os servidores, o reitor jamais poderia ter deixado de divulgar com antecedência que não seria quitado em dezembro. O anúncio do não pagamento só foi feito em 21/12, gerando um grande transtorno aos trabalhadores da Universidade, levando inclusive o Sintunesp a ingressar na justiça para garantir uma solução. Não fosse isso, somente nesta reunião do CO (22/2) estaria sendo discutida a data de pagamento da segunda parcela do 13° aos estatutários. Para os servidores, ficou contraditório saber que a Universidade fechou o ano com R\$ 293 milhões, segundo números expostos pelo assessor Rogério Buccelli, ao passo que o pagamento de uma parcela, ou seja, 50% do 13°, ficaria em 60 milhões.

- Boletim econômico: Em relação ao recém-divulgado Boletim Econômico Propeg nº 6, representantes dos servidores questionaram, na parte do “Demonstrativo das Despesas Consolidadas de Janeiro / 2018”, o valor de R\$ 266.402,80, apresentado em “contas a pagar” no item Veículos, uma vez que este tópico está previsto como zero nas Propostas Orçamentárias para 2017 e 2018. Solicitaram, também, que sejam disponibilizados no

site os Balancetes Consolidados, referentes ao ano de 2017, bem como seu detalhamento, visto que não estão acessíveis os dos últimos meses.

- Transmissão ao vivo: Conselheiros do Chapão parabenizaram a atual gestão pela implantação da transmissão ao vivo das reuniões do CO, que representa um passo importante em prol da transparência. Aproveitaram a oportunidade para solicitar que a agenda do reitor seja disponibilizada no portal da Unesp, para que possamos acompanhar suas visitas pelos campi.

- Ouvidoria: Representantes do Chapão propuseram a criação do “Disque Desperdício” dentro deste canal de comunicação que é a Ouvidoria, aproveitando-se a estrutura para que a comunidade possa apontar produtos e serviços que estejam sendo desperdiçados nas unidades.

- Outros: Representantes do Chapão solicitaram cópia do Regimento das Sessões do Conselho Universitário atualizado, ou link para acesso. Também questionaram, dentro do processo de convênio realizado com o Banco Santander, as diferenças de atendimento nos diversos campi, além de perguntar em qual alínea das Receitas da Universidade constará a entrada dos valores deste convênio.

## Os encaminhamentos do CADE de 21/2

A partir dos relatos elaborados pelos representantes do “Chapão Sintunesp/Associações”, confira a seguir os principais itens da reunião do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), realizada no dia 21/2/2018.

Embora não estivesse na pauta, a minuta de resolução “Parâmetros de sustentabilidade orçamentária e financeira da Unesp”, que seria debatida no CO do dia seguinte, acabou ocupando boa parte dos debates da reunião do CADE de 21/2. Assim como ocorreria no CO, as críticas ao documento foram generalizadas, inclusive pelo fato de não ter sido apresentado em nenhum outro colegiado, nem mesmo no CADE.

Na pauta do CADE, o principal

assunto era a apresentação e votação da “Proposta de “Estrutura Administrativa e Atribuições das Unidades Administrativas da Pró-reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão – PROPEG”. A proposta, que estabelece o subquadro da PROPEG, foi desenvolvida pela Comissão de Estruturas e de Funções Administrativas (CEAFA).

Houve críticas de vários conselheiros pelo fato de o subquadro da PROPEG estar sendo discutido e aprovado antes de que ocorra a reforma administrativa sinalizada pela reitoria.

Na CEAFA, este assunto teve tramitação polêmica. A proposta inicial





era de um subquadro considerado excessivo pelos conselheiros do “Chapão das Entidades”, que propuseram uma versão bem mais enxuta. A proposta que acabou sendo levada à aprovação do CADE foi um meio termo entre ambas ([confira no anexo que segue junto com este boletim](#)).

## Outros pontos

- No início da reunião do CADE, houve apresentação do Procurador do Estado de São Paulo Wolker Volanin Bicalho, sobre aspectos da reforma da Previdência. Tão

logo o documento sobre o assunto seja disponibilizado no *site* da PROPEG, o Sintunesp fará boletim a respeito.

- Na reunião do CADE de novembro passado, conselheiros do Chapão haviam solicitado um relatório sobre o subquadro da reitoria, contendo valores pagos com bolsas, diárias, custos etc. O objetivo é contribuir no debate sobre gastos da Universidade. Na reunião de 21/2, os conselheiros receberam um documento que detalha a lista de servidores que atuam na reitoria, sua unidade de origem, posto ocupado e área de atua-

ção, mas sem os valores solicitados.

- A respeito da Portaria Unesp nº 188, de 30 de maio de 2017, que trata sobre deslocamento/pagamento de passagens, representantes do Chapão fizeram uma consulta ao presidente do CADE sobre as razões pelas quais o pagamento não pode ser antecipado. Mesmo diante das explicações, os representantes solicitaram que a portaria seja revista, pois há situações em que os servidores não possuem o próprio dinheiro naquele dia para pagar as passagens, o que lhes traz constrangimentos.

## Reforma da Previdência: Governo recua, mas trabalhadores devem manter a guarda

Em meio à realização de mais um Dia Nacional de Luta contra a reforma da Previdência, que movimentou o país em 19/2/2018, o Congresso Nacional anunciou a suspensão da tramitação de todas as propostas de emenda à Constituição (PEC) enquanto vigorar o decreto que determinou a intervenção federal no Rio de Janeiro, inicialmente prevista para durar até dezembro deste ano. Com isso, está suspensa a tramitação da PEC 287/2016, que propõe a reforma da Previdência.

Fato é que, passados 15 meses desde que a PEC 287 foi apresentada, o governo ainda não conseguiu garantir os 308 votos de que precisa para sua aprovação na Câmara dos Deputados. Embora a base governista seja ampla maioria na casa, a enorme impopularidade das propostas, que significam um duro golpe contra o direito dos trabalhadores à aposentadoria, faz com que a maioria dos deputados tenha medo da represália popular nas urnas.

A resistência dos trabalhadores tem sido fundamental para que os parlamentares sintam-se pressionados. As grandes manifestações realizadas no transcorrer de 2017, com destaque para a histórica greve geral de 28 de abril, e as mobilizações de 19/2/2018 conseguiram impedir a votação da reforma da Previdência até este momento. No dia 19/2, em todo o país, houve paralisações e atos públicos. Na capital paulista (*veja na foto*) mais de 20 mil pessoas ocuparam a Avenida Paulista, representando dezenas de categorias.



### Manter a guarda

Nada que diz respeito a esse governo é confiável. O “mercado” – leia-se grandes bancos e seguradoras, ávidos por abocanhar o rico filão da previdência – ainda pressiona o governo golpista de Michel Temer a aprovar a PEC 287/2016. Por isso, temos que manter a pressão! Se votar, não volta! A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social fez um levantamento completo sobre a posição de cada deputado federal sobre a PEC 287 neste momento – a favor, contra, indeciso. Basta entrar no *site* da Frente para enviar mensagem para todos os deputados federais (ou por estado) em um único clique.

**Para acessar, clique em:**

<https://www.frenteparlamentardaprevidencia.org>